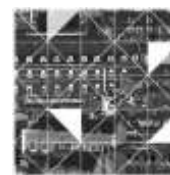


---

# CIDADES, Comunidades e Territórios

---



## Architectural Summer School: Projectar em tempos de escassez. Uma experiência de ensino num contexto de mudanças nas práticas profissionais de arquitetura

Teresa Madeira da Silva<sup>1</sup>, DINÂMIA'CET-IUL, Portugal.

Madalena Matos<sup>2</sup>, DINÂMIA'CET-IUL, Portugal.

Ana Catarina Ferreira<sup>3</sup>, ISCTE-IUL/FCSH-UNL, Portugal.

### Resumo

Assiste-se, nos últimos anos, a uma transformação das práticas profissionais do arquitecto: a par do modelo tradicional – ciclo desenvolvido em atelier, da encomenda do projecto à construção do edifício –, novas práticas de intervenção do arquitecto, que designaremos aqui, num primeiro momento, como “práticas emergentes”, conduzem a interrogações, nomeadamente no interior do próprio mundo académico, sobre a adequação das formas e dos conteúdos do ensino da arquitectura a estas novas configurações profissionais. Num ensaio de resposta a esta nova situação e na tentativa de aproximação do ensino às práticas profissionais emergentes, realizou-se, em Setembro de 2014, uma experiência pedagógica na forma de uma *Summer School*, organizada conjuntamente pelo Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE-IUL e a Faculty of Design and Technology Technische Universität Darmstadt. Algumas questões levantadas nesta primeira experiência tiveram continuidade numa Unidade Curricular do Mestrado Integrado em Arquitectura (Arquitectura V) no ano lectivo 2014-2015. Entre outros, foram aqui problematizados vários temas associados à reabilitação e ao turismo nos centros históricos urbanos. A experiência de trabalho no terreno permitiu a sensibilização dos alunos para a necessidade de entender a valorização do património arquitectónico de uma forma ampla e integrada, assim como para a importância de um maior envolvimento do arquitecto nos contextos socio-territoriais onde intervém. Neste artigo descreve-se a experiência da *Summer School* e do trabalho desenvolvido posteriormente no âmbito do mestrado e discutem-se as formas de adequação da didáctica do projecto às novas condicionantes da prática profissional dos arquitectos.

**Palavras-chave:** práticas profissionais em arquitectura; ensino de arquitectura; didáctica do projecto arquitectónico; estratégias criativas.

---

<sup>1</sup> [teresa.madeira@iscte.pt](mailto:teresa.madeira@iscte.pt).

<sup>2</sup> [madalena.matos@iscte.pt](mailto:madalena.matos@iscte.pt).

<sup>3</sup> [mailto:macslf@iscte-iul.pt](mailto:mailto:macslf@iscte-iul.pt).

## Introdução

Assiste-se, nos últimos anos, a uma transformação das práticas profissionais do arquitecto: a par do modelo tradicional – ciclo desenvolvido em atelier, da encomenda do projecto à construção do edifício –, novas práticas de intervenção do arquitecto, que designaremos aqui, num primeiro momento, como “práticas emergentes”, são recenseadas e analisadas.

Adota-se aqui a expressão “práticas emergentes” usada por Luís Santiago Baptista para definir a produção de “jovens arquitetos portugueses em tempos de crise” (Baptista, 2014: 20) enquanto práticas significativas de uma mudança paradigmática da intervenção do arquitecto.

No centro desta transformação estaria a assunção, pelo arquitecto, das dimensões culturais, sociais e também éticas e políticas, a par das dimensões técnicas e estéticas, do seu trabalho.

Esta transformação acontece e é alimentada por mudanças estruturais com efeitos mais ou menos directos sobre o trabalho do arquitecto: os impactos culturais e económicos da globalização, as mudanças no modo de viver o espaço e o tempo decorrentes em grande parte das novas tecnologias da comunicação e da informação, a crise energética, as políticas de atractividade e competitividade das cidades, para citar algumas temáticas recorrentes na literatura. No caso de Portugal, como noutros países europeus, realce-se um contexto de crise económica onde no mercado da arquitectura a oferta se reduz drasticamente face a décadas passadas traduzindo-se em elevados índices de desemprego na profissão.

Simultaneamente, e em grande medida como resultado desta transformação, surgem interrogações, nomeadamente no interior do próprio mundo académico, sobre a adequação das formas e dos conteúdos do ensino da arquitectura a estas novas configurações profissionais: um ensino tradicionalmente centrado nos processos de produção associados ao espaço construído e à expressão estética, não deve abrir-se à didáctica do projecto, à complexidade do sistema de relações presentes no campo em que o arquitecto intervém, relativizando concepções marcadas pela “neutralidade” desta intervenção?

Procurando responder a esta questão, realizou-se uma experiência pouco usual no ensino da arquitectura que partiu de uma colaboração entre o Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE-IUL e a Faculty of Design and Technology Technische Universität Darmstadt. Em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa, a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior e o FAS – Fundo de Arquitectura Social, desenvolveu-se um programa curricular que teve início numa *Summer School* realizada em Setembro de 2014<sup>4</sup> e onde, de uma forma adensada, foram problematizadas várias questões associadas à reabilitação dos centros históricos urbanos e lançadas propostas concretas de intervenção no bairro do Castelo em Lisboa (Fig.1).

---

<sup>4</sup> A experiência de ensino de projeto de arquitetura desenvolvida na *Summer School* internacional teve continuidade numa UC de prática de projeto (Arquitetura V – 2014/15) do Departamento de Arquitectura e Urbanismo do ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa. Os alunos nesta UC desenvolveram os projectos acompanhados pelos Professores Teresa Madeira da Silva (coord.), Miguel Gomes e Pedro Viana Botelho.

**Figura 1. Colina do Castelo de São Jorge, Lisboa, Portugal.**

Fonte: <http://www.bing.com/maps/>, acesso: 12-09-2014.

A experiência de trabalho no terreno, sobretudo a participação dos diversos agentes locais na elaboração das propostas que foram além da simples intervenção no edificado, permitiu a sensibilização dos alunos, de um modo particular, para a necessidade de entender a valorização do património arquitectónico de uma forma ampla e integrada; e de um modo geral, para a importância de um maior envolvimento do arquitecto com a realidade social dos contextos onde intervém, cumprindo assim a *Summer School* a tentativa de aproximação do ensino às práticas profissionais emergentes.

No capítulo seguinte (Enquadramento Conceptual e Teórico) apresenta-se uma breve revisão da literatura sobre estas práticas profissionais emergentes (1.1.) e o ensino da arquitectura em Portugal (1.2.). A seguir, no capítulo 2 (*Architectural Summer School: Projectar em tempos de escassez* 2014), apresentam-se os procedimentos de ensino-aprendizagem que sustentam o trabalho da *Summer School* e da UC de mestrado subsequente (2.1) e os resultados obtidos nesta experiência pedagógica em contraponto com resultados de abordagens pedagógicas tradicionais (2.2.). Nas reflexões finais discutem-se estes resultados à luz das hipóteses avançadas na primeira parte do texto.

## **1. Enquadramento conceptual e teórico**

### **1.1. Práticas profissionais emergentes em arquitectura**

São ainda relativamente escassos os trabalhos realizados sobre a profissão de arquitecto no contexto das transformações actuais enunciadas. Os dois inquéritos encomendados pela ordem dos arquitectos em 2006 (cf. Villaverde Cabral e Borges, 2006) e em 2013 (cf. Ravara et al., 2013) e o livro de Pedro Brandão (2006) publicado no mesmo ano do inquérito de Villaverde Cabral, são preciosos no que permitem conhecer, respetivamente, da situação dos arquitectos e evolução da profissão em Portugal, e das “representações” e da construção identitária da profissão pelos próprios arquitectos. No entanto, pouco ou nenhum relevo é dado nestes estudos às aqui designadas “práticas emergentes” em arquitectura, o que obviamente se explica pelo facto destas

realidades serem ainda marginais no contexto internacional e praticamente inexistentes em Portugal, há uma década atrás.

Desde o início dos anos 2000 que a participação do arquitecto na sociedade tem vindo a ser alvo de reflexão. Se até aí o tema da participação em arquitectura se centrava grandemente na perspectiva de integração do usuário ao longo de toda a “operação arquitectónica” (cf. Carlo, 1980; 2010), a partir desse momento questiona-se também o lugar e o papel do arquitecto no território social onde intervém. Surgem assim novos conceitos críticos que interpelam a participação do arquitecto na sociedade e apontam para uma maior proactividade do mesmo na definição de estratégias de intervenção territorial – é o caso dos conceitos *Urban Curating* (cf. Bunschoten, 2003); *Unsolicited Architecture* (cf. Bouman, 2007); *Critical Spatial Practice* (cf. Miessen, 2010); *Spatial Agency* (cf. Awan et al., 2011).

Embora todos estes conceitos sejam o resultado de uma reflexão endógena ao campo da arquitectura, os dois últimos estabelecem sólidas raízes no pensamento sociológico, o que denota uma progressiva maturação das questões levantadas. Destaca-se, assim, na construção do conceito de *Spatial Agency*, para além da influência da ideia defendida por Henri Lefebvre (1974; 1991) de que o espaço é socialmente produzido, sendo essa produção partilhada por múltiplos autores e não neutra, a referência à teoria da “estruturação” de Anthony Giddens (1989; 2006), nomeadamente à tese segundo a qual “estrutura social” e “acção humana” estão mutuamente relacionadas: os “factos sociais”, podendo restringir as acções, não as determinam (id.: 108). Se a teoria sobre a produção do espaço de Lefebvre sustenta a defesa de que qualquer traço desenhado por um arquitecto antecipa uma futura relação social e não só uma condição estética (Awan et al. 2011: 30), a tese de Giddens traduz-se, no contexto da prática arquitectónica, na visão do arquitecto não como agente completamente autónomo, livre de constrangimentos e crente na capacidade de transformação das suas acções criativas individuais, nem como mero “facilitador técnico”, cuja acção é unicamente determinada pela estrutura social e por decisões tomadas por terceiros, mas como mediador das relações entre os que habitam e produzem o espaço, negociando as condições nele existentes (id.: 30-31).

Esta capacidade do arquitecto reconhecer as forças sociais e económicas em presença e, ao mesmo tempo (e a partir desse reconhecimento), alterar o seu papel na estrutura social, implica um aumento da sua “reflexividade social”, ainda na terminologia de Giddens (1989; 2006: 122), isto é, um pensamento constante sobre as circunstâncias nas quais vive e intervém. No contexto das práticas profissionais, o argumento de que a “reflexão na acção” é um processo fundamental do desenvolvimento de competências e, consequentemente, de intervenções mais eficazes, foi particularmente defendido por Donald Schön (1983). A este autor se deve a difusão do termo “prática reflexiva” que define o uso da experiência como fonte de conhecimento (o conhecimento tácito) que serve de base à revisão de teorias de acção existentes e norteia estratégias de acção futuras. Particularmente no caso da arquitectura, Schön (1983) considera que a “prática reflexiva” implica uma atenção permanente ao contexto de intervenção, “*a reflective conversation with the situation*” (id.: 103), ou seja, um maior foco no sítio, nas implicações e consequências dos modelos formais que vão sendo criados, em detrimento da “*global geometry of buildings*” (id.: *ibid.*). Esta ligação entre conhecimento e criatividade nas práticas de design urbano é, mais tarde, desenvolvida por Sieverts (2003) e Von Seggern et al. (2008), ambos defensores da investigação e compreensão dos efeitos das mudanças estruturais da sociedade sobre a cidade como forma de abrir caminho a novas estratégias de desenho da paisagem urbana.

No seguimento da tendência internacional de abordagem crítica à intervenção do arquitecto, Inês Moreira (2010) refere-se, no contexto da produção de jovens arquitectos portugueses, a “práticas espaciais”. Segundo a arquitecta, estas práticas indicam “um ‘desfazer’ da centralidade autoral, do desenho ou da ‘arquitectura’ dominante” (Moreira apud Baptista, 2012: 99), na medida em que “os autores envolvidos enunciam questões económicas, corporativas e políticas da arquitectura e expõem vontades de construção de projeto coletivo” (id.: *ibid.*). Embora estas práticas nasçam por iniciativa própria dos jovens arquitectos ou colectivos de arquitectura e, desse modo, não decorram de um programa pré-estabelecido por outrem, é possível encontrar linhas de continuidade entre estas práticas e a experiência mais marcante da arquitectura participativa em Portugal: o processo SAAL (cf. Bandeirinha, 2007).

Lançado a 31 de Julho de 1974, por despacho do então secretário de Estado da Habitação e do Urbanismo – o arquitecto Nuno Portas –, e oficialmente em vigor a 2 de Agosto do mesmo ano, o programa SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) apresentou-se como um instrumento de acção política sem precedentes no panorama nacional. Face às “graves carências habitacionais” e “às dificuldades em fazer arrancar programas de construção convencional a curto prazo” (Despacho SAAL, 1974 apud Grande, 2012: 322) – e aproveitando também a oportunidade de testar hipóteses que já haviam sido formuladas anos antes por diversas personalidades, incluindo o próprio Nuno Portas, acerca do “que podiam ser formas alternativas que desbloqueassem a produção de habitação social, substituindo formas estatizadas, ou estetizantes” (Portas, 1986: 636) –, equipas multidisciplinares formadas por arquitectos, sociólogos, geógrafos, entre outros profissionais – as designadas brigadas técnicas –, foram constituídas para apoiarem directamente as iniciativas das populações, organizadas em associações ou cooperativas, na construção dos seus bairros.

Ao subverter a lógica do tradicional processo de concepção urbanística, isto é, ao incentivar a autopromoção dos bairros por parte de “comunidades previamente estruturadas que ‘vivem’ em habitações degradadas ou em bairros de lata” (Portas *apud* Grande, 2012: 348-349), colocando-as no centro de todo o processo de construção, o programa SAAL vem situar os técnicos numa posição intermédia na hierarquia de poder. Nos casos em que as brigadas não são vistas pelas populações como componentes do Estado e relegadas para um mero apoio técnico, a sua “posição voluntarista que recusa a identificação com o poder” vale-lhes uma acção enquanto “vanguarda dinamizadora” (Oliveira e Marconi, 1976: 164). Segundo Vítor Matias Ferreira (1976), a intervenção do SAAL foi mais do que « (...) uma mera operação ‘assistencial’ de apoio à construção de ‘casas decentes’... A sua real originalidade estava na capacidade potencial de mobilização e dinamização dos agentes directamente visados por esse tipo de intervenção, levando-os a ‘inventar’ uma efectiva auto-solução a que deveria corresponder uma nova inserção na estrutura urbana » (Ferreira, 1976: 43).

É neste sentido de dinamização criativa e trabalho em parceria, quer com os outros técnicos de diferentes áreas disciplinares, quer com as populações locais, que se pode falar de linhas de continuidade entre a experiência dos anos 70 e as novas práticas emergentes a partir dos anos 2000.

De facto, a organização em colectivos e/ou a colaboração interdisciplinar caracterizam uma nova “geração” de arquitectos portugueses, denominada de “geração z” pela revista *arqa* (cf. Baptista, 2011) na sequência das gerações x e y identificadas por Pedro Gadanho e Luís Tavares Pereira na exposição “Metaflux” de 2004. Embora esta “geração” não se assuma como tal, pelo menos segundo os princípios que na modernidade caracterizavam uma geração – a constituição de uma “plataforma comum ou de um possível programa sintético” (Baptista *apud* Baptista, 2014: 20) –, parece existir um denominador comum entre os jovens arquitectos que a integram: um processo de trabalho que investe “na apropriação criativa do presente e numa renovada atenção às solicitações da realidade concreta” (Arqa *apud* Santana 2010: 54). Segundo Ferreira (2014), tal facto permite estabelecer uma relação entre alguns destes novos processos, particularmente aqueles em que o arquitecto se assume como promotor de iniciativas de intervenção local, e as estratégias sociais criativas capazes de gerar inovação sócio-territorial.

## 1.2. Ensino da arquitectura em Portugal

A nova geração atrás referida foi, na sua maioria, formada na academia portuguesa. Se temos informação sobre a história do ensino da arquitectura em Portugal – desde a institucionalização do ensino do tipo Beaux-Arts em Lisboa e no Porto (1836) (cf. Calado, 2003), até à reforma moderna do ensino da arquitectura em 1950-57 (cf. George, 1964; Moniz, 2011), às transformações da década de 60 e do período revolucionário (cf. Portas, 1965; Moniz, 2011; Paulino, 2014; Faria, 2014) ou ao momento de consolidação democrática e primeira massificação do ensino na década de 80 (cf. Figueira 2002; Silva 2011) – há ainda pouca informação sobre os processos que conduziram estes arquitectos oriundos da academia a romperem com práticas tradicionais, como há pouca ou nenhuma informação sistematizada relativa aos debates sobre ensino e formação em arquitectura, debates indiciados pela publicação recente de alguns textos (cf. Graça Dias, 2001; AAVV, 2013; Pinto, 2014).

Há relativamente poucos trabalhos realizados sobre a realidade universitária mais recente marcada por alterações significativas, resultantes de uma expansão imprecudente que deu lugar a um ensino de massas e da implementação do processo de Bolonha que levam a uma profissionalização crescente da carreira docente e a uma gerencialização das instituições de ensino (cf. Pinto 2014). Certo é que estas mudanças pressionam a tradição disciplinar traduzindo-se numa necessidade de redefinição quer dos currículos gerais, quer, mais especificamente da relação entre investigação e projecto (cf. Pinto 2014).

É aceite que a prática do ensino tradicional de projecto de arquitectura nos cursos de arquitectura portugueses, nomeadamente, nas Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto, teve dois processos de desenvolvimento, já identificados por outros autores, desde a sua formação até meados do século XX. Gonçalo do Canto Moniz (2011), identifica um primeiro momento, onde o ensino foi dominado essencialmente pela tradição da pedagogia do curriculum Beaux-Arts, fixado pela Reforma de 1931 e regulamentado em 1932 – Reforma de 1931-32 –; e um segundo momento, decorrente da crítica ao anterior sistema de ensino, caracterizado pela aproximação ao Ensino Moderno da Arquitectura, pela via de Walter Gropius, aclarado com a Reforma de 1950 e regulamentado em 1957 – Reforma de 57 (Moniz, 2011: 20). Segundo Moniz (2011), o « conceito, ensino moderno, é (...) pouco utilizado no campo disciplinar da Arquitectura, mas no campo da pedagogia está perfeitamente definido e caracterizado, através das ideias do pedagogo americano John Dewey (1859-1952). A sua pedagogia democrática baseia-se na relação entre Educação e Experiência, sintetizada na expressão ‘aprender fazendo’, que cedo se popularizou nas escolas de Arquitectura, porque conceptualizava um método antigo e intemporal de aprender Arquitectura » (id.: 23).

Apesar das diferenças entre Lisboa e Porto, as duas escolas aproximaram-se nalguns tópicos decorrentes precisamente da herança da escola alemã – a Bauhaus, trazida por Walter Gropius –, cujo modelo influenciou o ensino da arquitectura na maioria das escolas de tradição ocidental. De forma abreviada, podem enumerar-se três tópicos, decorrentes desta herança, que persistiram até praticamente aos nossos dias no ensino do projecto de arquitectura em Portugal e que nos interessa questionar pelo modo como têm sido apropriados em termos metodológicos.

O primeiro tópico corresponde à ideia de que o projecto constitui uma unidade. É certo que, na solução arquitetónica, cada parte do projecto contribui para um todo que o torna coerente, ou seja, para a síntese, e que a síntese é o culminar de uma ideia de arquitectura. O segundo tópico, que decorre do primeiro, centra-se no papel do arquitecto a quem caberia coordenar as partes constituintes do projecto, pertencendo-lhe a tarefa de garantir que as partes se articulam como um todo. O terceiro tópico refere-se especificamente ao ensino da arquitectura: seria a aula de projecto o lugar onde se constrói esta síntese.

É certo que estes tópicos são fundamentais para a prática e para o ensino da arquitectura, no entanto, as circunstâncias que daí advieram resultaram numa prática e num ensino de projecto voltados para si próprios, onde professores e estudantes reflectem os aspectos intrínsecos à arquitectura ganhando protagonismo os aspectos simbólicos e estéticos em detrimento de dimensões associadas aos contextos e modos dos usufruidores da obra realizada. Se é certo que os primeiros são aspetos relevantes nas obras de arquitectura dando-lhes a coerência necessária para serem valorizadas pelos experts desta arte, não é menos verdade que estas são dimensões muitas vezes ignoradas pelos seus usufruidores e pela sociedade em geral.

## **2. Architectural Summer School: Projectar em tempos de escassez 2014<sup>5</sup>**

### **2.1. Didática do projecto de arquitectura**

Tendo por base o enquadramento teórico anteriormente apresentado, a metodologia utilizada na prática de projecto nesta experiência de ensino pretende confrontar os estudantes com a prática profissional a partir de 3

---

<sup>5</sup> Ver “Descrição Detalhada”; “Análise Crítica”; “Implicações para a Investigação” em Madeira da Silva (2016).



objetivos centrais: 1. Desenvolver a capacidade de descrição, análise e interpretação de um território urbano tendo como finalidade, por um lado, a identificação dos elementos fundamentais do território e, por outro, a descoberta de locais que, pelo seu estado de degradação, podem ser objecto de intervenção. 2. Aprofundar o conhecimento da cultura do território e da cidade de forma integrada, nas dimensões física, geográfica, patrimonial, económica e social, através da documentação disponível, mas também da observação directa, do registo em papel, do contacto com diferentes agentes locais e com a população. 3. Integrar as componentes específicas do território de modo a conceber propostas que sintetizem as diferentes componentes que o integram.

Esta primeira experiência na *Summer School* traduzida num curso de curta duração, não permitiu aprofundar as propostas realizadas pelos estudantes. O seu principal objectivo foi o de aproximar a arquitetura do exercício da cidadania a partir de diferentes actividades no terreno que permitiam adivinhar futuros desenvolvimentos e processos de revitalização e de regeneração urbanas.<sup>6</sup>

As intervenções dos estudantes centraram-se em locais degradados e devolutos, mas com potencial para a instalação de programas direccionados à sua revitalização. Alguns exemplos são: as ruínas no Pátio Dom Fradique (Fig.2); o Largo de Santa Cruz do Castelo e o edifício confinante em pré-ruínas; parte do “jardim-paisagem” inserido no conjunto do Castelo, com espécies autóctones da floresta portuguesa – como os sobreiros e pinheiros-mansos –, funcionando na altura como estacionamento automóvel e depósito de lixo (Fig.3); os terrenos expectantes adjacentes ao caminho da ronda; o Pátio da Pascácia na rua de Santa Cruz do Castelo; o lavadouro comunitário junto à Rua do Recolhimento; entre outros.

**Figura 2. Colina do Castelo de São Jorge - ruínas no Pátio Dom Fradique, Lisboa, Portugal.**



Fonte: Fotografia de Teresa Madeira da Silva, 2014.

<sup>6</sup> A este propósito ver projecto do FAS, Fundo de Arquitetura Social “Aqui podia...” in <http://fundoarquitecturasocial.pt/>, acedido em 2015/03/04.

**Figura 3. Colina do Castelo de São Jorge - parte do “jardim-paisagem” do Castelo de S. Jorge<sup>7</sup>**

Fonte: Fotografia de Teresa Madeira da Silva, 2014.

Em termos metodológicos, o ponto de partida formulado pelas equipas do ISCTE-IUL e da TUD foi, como já referido, desenvolver outras práticas pedagógicas de modo a adaptá-las às novas circunstâncias que a profissão e o ensino da arquitetura atravessam. Assim, quatro premissas constituíram potenciais fatores de mobilização e de atuação para o resultado que se pretendia: 1) o desenvolvimento do trabalho no lugar, numa relação de proximidade e de permanente diálogo com a população local e com o sítio, potenciando uma maior reflexividade sobre as práticas (Giddens, 1989; 2006; Schön, 1983); 2) a intensidade de trabalho dadas as limitações temporais da *Summer School* – o mesmo é dizer, do curto espaço de tempo disponível para a realização das propostas –, com alguma energia resultante de alguma pressão; 3) o estímulo à criatividade e ao desenvolvimento de estratégias potenciadoras do desenvolvimento social local a partir da investigação e do conhecimento do contexto (Von Seggern et al., 2008; Sieverts, 2003); 4) a possibilidade de criar equipas multidisciplinares e internacionais, com professores e estudantes das duas Universidades e agentes locais, de modo a construir um projecto colectivo a partir de diferentes intervenientes<sup>8</sup>.

Neste sentido, procurou-se que os estudantes se instalassem no terreno (Fig. 4), em contacto direto com o sítio, com a população e com os agentes locais e, desse modo, abandonassem a sua habitual zona de conforto – a sala de aula onde, um pouco desligados da vivência quotidiana do bairro, da sua realidade social, económica e cultural, desenvolvem tradicionalmente os seus projectos de arquitectura.

<sup>7</sup> Zona actualmente ocupada com automóveis estacionados e sacos com lixo.

<sup>8</sup> Colaboraram nesta *Summer School* vários tutores professores, estudantes e agentes locais: Professores da TUD: Anett Joppien (coord.); Sascha Luippold (Prof.); Matthias Schoenau; Wolfgang Hinkfoth; Albert Dietz. Professores do ISCTE-IUL: Teresa Madeira da Silva (Prof. coord.); Rosália Guerreiro (Prof.) Pedro Pinto (Prof.); Estudantes de Doutoramento e Mestrado e investigadores do DINÂMIA'CET-IUL: Marianna Monte (PhD stud.), Ana Ferreira (M. stud.) Arquitectos da Câmara Municipal de Lisboa: Rogério Gonçalves (Arq. Unidade de Coord. Territorial); Rosário Salema (Arq. Direção Municipal do Ambiente Urbano); Arquitectas do Fundo de Arquitectura Social: Raquel Melo Moraes; Patrícia Chorão Ramalho (Arqs.); Assessor da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior: José de Melo Carvalheira (Arq.), 10 estudantes do ISCTE-IUL e 16 estudantes da TU Darmstadt. (Madeira da Silva, 2016).



**Figura 4. Antiga Casa do Governador, Bairro do Castelo, Lisboa.**  
**Desenvolvimento dos trabalhos na *Summer School*.**



Fonte: Fotografia de Marianna Monte, Setembro de 2014.

No trabalho realizado pelos estudantes percebeu-se que as condicionantes actuais desta zona da cidade, tanto físicas como sociais e económicas, se mostraram essenciais na forma como se intervém no património existente. Deste modo, desde a escolha dos programas, que tiveram em conta as necessidades sentidas e o enquadramento das valências existentes na área de intervenção e áreas circundantes, até à problemática decorrente do enorme fluxo de turistas numa zona onde parte da população residente ainda vive em condições precárias, a percepção da realidade presente foi fundamental para equacionar todas as propostas.

A morfologia urbana ancestral e o acentuado declive do terreno constituem duas das mais interessantes características desta zona. Se, por um lado, a primeira característica lhe imprime um incontornável valor histórico, cultural e urbanístico, o que resulta na sua elevada capacidade de atracção turística, por outro, a segunda característica confere-lhe difíceis acessibilidades pedonais e viárias, criando uma enorme resistência não só para os visitantes mas também para os moradores, neste caso uma população maioritariamente envelhecida.

O Castelo de São Jorge abrange uma área urbana correspondente ao núcleo inicial da cidade. Esta área é composta pelo “núcleo do Castelo”, que foi a matriz fundacional do conjunto, e pela “Encosta da Sé”, que foi a primeira zona de crescimento da cidade. Ambas as formações são de traçado irregular, ou seja, compostas por quarteirões muito diversificados tanto em forma como em tamanho, formando lotes igualmente variáveis (SIPA, 2011).

Os conteúdos programáticos propostos aos estudantes tinham como premissas: 1) identificar locais específicos onde intervir, o que implica percorrer e conhecer a cidade; 2) propor valências programáticas adequadas ao sítio escolhido a partir de quatro funções básicas: Habitar, Trabalhar, Trocar e Lazer; e, finalmente, 3) desenvolver propostas criativas que, de forma articulada, apontem para mudanças necessárias ao desenvolvimento sustentável da cidade de Lisboa e, ao mesmo tempo, contribuam para o debate de ideias sobre as problemáticas das cidades europeias contemporâneas, particularmente a problemática associada à intervenção nos centros históricos. Na

*Summer School*, sob o tema projetar em tempo de escassez, pretendeu-se que os estudantes, em colaboração com os habitantes do bairro, valorizassem um conjunto de espaços da cidade abandonados. Pretendeu-se que os habitantes da cidade valorizassem os sítios onde moram, oferecer novas possibilidades de usos a esses mesmos espaços (Madeira da Silva, 2014) e proporcionar aos habitantes e visitantes novas leituras da cidade.

Dentro desta mesma linha programática na unidade curricular Arquitetura V do Mestrado Integrado em Arquitetura, os conteúdos associaram-se à realização de projectos de arquitetura, ancorando-se agora em temáticas mais abrangentes dentro das áreas da arquitetura e urbanismo com projectos com um grau de desenvolvimento maior. Assim, nesta segunda fase, as questões programáticas foram: 1) intervenções em áreas urbanas consolidadas; 2) criação de redes de espaço público equipado em articulação com o edificado; 3) reconversão de edifícios ou conjuntos existentes (devolutos ou degradados) através de programas a propor; 4) criação de novas valências que articulem a proteção do património ambiental com o desenvolvimento integrado do território.

Pretendeu-se que os estudantes desenvolvessem estratégias de reconversão urbanística, que considerassem não só fatores de ordem morfológica, mas também aspectos de carácter histórico, social e económico, e que aprofundassem e sustentassem as acções de projecto numa interpretação abrangente e crítica da realidade. Procurou-se ir mais além do horizonte de actuação habitual na academia, ou seja, que os estudantes não observassem os espaços como objetos isolados que necessitam somente de restauro ou reabilitação, mas pudessem definir e desenhar as valências programáticas a propor, explorando as potencialidades e as carências do sítio de forma integrada com a população e os agentes locais, como já ensaiado na *Summer School*.

Em termos metodológicos, no decorrer do trabalho optou-se por várias estratégias de integração e articulação com outras áreas disciplinares e com os agentes locais cuja estreita relação se considera cada vez mais interessante e importante para o exercício disciplinar da arquitectura. Considerando o ensino da arquitectura, como indo além da realização do projecto para um edifício a partir de um programa pré-estabelecido, de um lugar pré-determinado e de uma panóplia de materiais disponíveis no mercado, a realização deste exercício pressupôs uma prática abrangente e integradora. Por um lado, as questões respeitantes à valorização do património ambiental e às diferentes opções de projecto nos centros históricos – restaurar, preservar, demolir, reconstruir, construir – foram consideradas no processo de projecto e nas metodologias a desenvolver. Por outro lado, as intervenções foram equacionadas também como respostas a necessidades sociais, envolvendo os estudantes na busca de soluções que não se limitavam a aspectos técnicos, e que apontavam para a redefinição do papel do arquitecto na sociedade onde intervém enquanto profissional, ultrapassando os limites da prática tradicional da arquitectura.

Não se pretende com esta experiência defender que os exercícios a realizar em meio académico devam simular a realidade da prática da arquitetura. Essa seria uma tarefa impossível, na medida em que a academia conta hoje com imposições e modelos aos quais é obrigada a responder, e que são pouco compatíveis com as exigências de um “tempo longo” que a realização da prática de projecto de arquitectura requer. O que se pretendeu foi, sobretudo, levantar questões dentro da área disciplinar da arquitectura através de uma nova maneira de olhar e atuar na realização do projecto, acompanhado pelo olhar crítico de outras áreas disciplinares e de outros agentes. Foram assim explorados outros domínios, suscitados em particular pela presença de outros agentes e pelas suas exigências/sugestões práticas e pragmáticas, permitindo aos estudantes experienciar a abertura do arquitecto aos contextos socio-territoriais onde intervém.

## **2.2. Resultados da experiência pedagógica**

De acordo com o que foi apresentado e tendo como pano de fundo o cruzamento da prática do projecto com o enfoque oferecido pelas práticas emergentes, os estudantes identificaram problemas, tanto a nível da morfologia do território e da arquitectura, como problemas sociais e urbanos característicos de muitos dos actuais centros históricos das cidades e apuraram que, a partir de pequenas mudanças, se podem implementar soluções transformadoras.

Assim, numa primeira fase, foi feito uma análise/diagnóstico a partir da observação da realidade existente e, em seguida, foram lançadas propostas de intervenção.

Análise/Diagnóstico: Do que nos foi dado observar o “núcleo do Castelo”, o território que nos interessa por ter sido escolhido para o trabalho na *Summer School* e da UC Arquitetura V (Fig. 5), divide-se em duas zonas: uma zona habitacional e uma zona de lazer.

Nesta, evidenciam-se os espaços verdes arborizados, nomeadamente, os jardins e miradouros, com destaque para a Praça de Armas (com a estátua de D. Afonso Henriques), a zona arqueológica, junto ao castelejo, a esplanada junto ao Museu e ao espaço de exposições, a sala de reuniões/recepções (antiga Casa do Governador) e as lojas temáticas para os visitantes (SIPA, 2011).

**Figura 5. Maqueta do Bairro do Castelo, Lisboa.<sup>9</sup>**



Fonte: Fotografia de Teresa Madeira da Silva, 2015.

O núcleo habitacional (Fig.6) é estruturado por um eixo fundamental, a Rua de Santa Cruz (assinalada a laranja na Fig. 6); pelo Largo de Santa Cruz do Castelo, adjacente ao eixo (assinalado a verde junto à igreja de Santa

<sup>9</sup> Realizada pelos estudantes: Daniela Rosa, David Carvalho, João Machado e João Tereso, na Unidade Curricular Arquitetura V – 3º ano Mestrado Integrado em Arquitetura, ISCTE-IUL.

Cruz); e por mais dois espaços urbanos – o miradouro junto ao beco do recolhimento, a sul, e um outro junto à rua das cozinhas, a norte (assinalados igualmente a verde). A única entrada é feita pelo largo do Chão da Feira que é igualmente estruturante, uma vez que liga as principais portas das muralhas ao centro religioso, nomeadamente, à igreja de Santa Cruz no Largo com o mesmo nome. As vias que formam este núcleo, algumas delas travessas e becos, apresentam, na generalidade, declives acentuados, o que determina, frequentemente, o seu desenvolvimento em escada.

**Figura 6. Planta do núcleo do Castelo, Lisboa<sup>10</sup>**



Fonte: Fotografia de Teresa Madeira da Silva, 2014.

Na zona habitacional do bairro do Castelo, os lotes são irregulares e, predominantemente, estreitos e de pequenas dimensões. Verifica-se com alguma frequência a existência de lotes só com uma frente, ou com uma frente e um muro de suporte, resultante do declive do terreno e da implantação em socalcos. Os tipos arquitectónicos dominantes são a casa unifamiliar e plurifamiliar, tendencialmente estreita, destacando-se a presença da tipologia pátio.

Predominam os edifícios de dois e três pisos, com vãos com cantaria, revestimento de pintura e telha de canudo e sem elementos decorativos de destaque. Dentro do bairro do Castelo podemos identificar uma população residente com diferentes condições sócio-económicas, desde moradores que vivem situações de algum empobrecimento até moradores com um elevado nível económico a residir em casas de luxo.

No contexto das novas dinâmicas do município, a Câmara Municipal de Lisboa reequacionou a acessibilidade entre a parte baixa da cidade e a colina do Castelo, “apostando na promoção dos modos suaves, na difusão de

<sup>10</sup> eixo estruturador (assinalando a laranja) e os espaços urbanos importantes (assinalados a verde). Planta realizada pelos estudantes na *Summer School: Projetar em Tempo de Escassez*.

uma mobilidade inclusiva e na motivação do uso dos transportes públicos em detrimento dos transportes individuais” (Atelier Bugio, 2009). Em 2000 e 2009, dois projectos de ligação via elevador entre o Castelo e a Baixa foram criados pela Câmara Municipal – um elevador que liga a rua dos Fanqueiros à rua da Madalena e tem uma saída para o Largo Adelino Amaro da Costa, e outro que se encontra no Mercado do Chão do Loureiro e liga, através de uma ponte, à rua Costa do Castelo.

Segundo o Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa (cf. Gouveia et al., 2013), o Castelo de S. Jorge é o monumento nacional que apresenta um maior número de visitantes. Em 2011, registaram-se mais de 1 milhão de visitas, o que equivale a uma frequência média diária de 2.716 visitantes, sendo 90% dos mesmos estrangeiros. Estima-se que 43% dos turistas que visitam Lisboa se deslocam ao Castelo, sendo também de destacar o facto de a zona Alfama/Castelo /Mouraria ser o destino de 58,3% dos passageiros internacionais de cruzeiro. A entrada no núcleo do Castelo é gratuita para os moradores do concelho de Lisboa e custa 8,5 euros para os restantes visitantes.

Apesar da grande afluência de pessoas ao Castelo, a entrada faz-se por uma única porta, a Porta S. Jorge/ D. Maria II no Chão da Feira, encontrando-se todas as outras portas encerradas ao público ou com acessos condicionados<sup>11</sup>. Assim, o caminho que circunda as muralhas do Castelo está limitado ao público na zona norte do mesmo, impossibilitando percorrer-se o caminho da ronda na sua totalidade e usufruir da vista sobre a cidade de Lisboa em todas as direcções. Relativamente ao acesso automóvel e ao estacionamento existem muitas condicionantes pelo facto de as ruas serem muito estreitas e de não existir espaço livre para a criação de estacionamento.

As observações mais importantes estão documentadas, nomeadamente nas estatísticas e media: o envelhecimento dos habitantes do bairro e a quase inexistência de jovens residentes assim como o excesso de turistas foram as realidades mais impactantes com que fomos confrontados. O aumento de actividades destinadas aos turistas e a extinção de práticas ligadas ao comércio de bairro e às actividades oficinais e artesanais foram outros aspectos identificados. Por outro lado, dada a dificuldade em aceder ao Castelo pedonalmente, verificou-se a existência de um excesso de veículos motorizados, autocarros, táxis, tuc-tucs, etc., criando um caos nas vias de circulação. A compra de bilhetes para entrar no Castelo, num único ponto, junto à entrada, acrescenta ainda desordem e dificuldade na acessibilidade, gerando um movimento desadequado face à dimensão das ruas do bairro.

Segundo Joana Gorjão Henriques, « O Castelo de São Jorge é o lugar mais visitado por turistas: foram em média cinco mil visitantes diários entre 1 e 7 de Agosto – receberam quase 700 mil nos primeiros sete meses, uma subida de mais de 20% relativamente ao mesmo período de 2013, ano que terminou com mais de um milhão. A fila à porta da bilheteira faz caracol, e é assim todos os dias, descreve uma das vizinhas. » (J. G. Henriques, 2014)

A falta de estacionamento no bairro, assim como a ocupação de zonas verdes e espaços públicos com automóveis e a existência de vários acessos sem saída são mais um conjunto de problemas detetados.

**Propostas de intervenção:** Os resultados obtidos, para além de revelarem interesse por iniciarem potenciais estratégias criativas, igualmente revelaram uma arquitectura contextual onde, sem utilizar o recurso à cópia superficial, nem à analogia direta, se procurou estabelecer uma relação com o contexto mediante a construção de ligações simbólicas com a envolvente e com critérios decorrentes das características do lugar (topografia, vistas, orientação solar, ou a escala do lugar). Neste sentido, encontraram-se propostas que não passam directamente pela construção de edifícios, mas pela busca de soluções capazes de reconfigurar relações sócio-espaciais; e, a par destas, também foram avançadas propostas associadas a intervenções em edifícios, onde construir, restaurar, recuperar revelam a marca do nosso tempo.

<sup>11</sup> Segundo dados retirados da Planta parcial de Lisboa - escala 1/500 produzida pelo FAS (Fundo de Arquitectura Social). Existem mais 5 entradas para o Castelo todas fechadas ou com acesso condicionado, são elas: a Porta D. Fradique (que se encontra fechada), a Porta de São Tomé (que é uma entrada de serviço), a Porta do Espírito Santo que também se encontra fechada (abrindo para eventos especiais EGEAC Castelo), a Porta das Armas (antigo quartel) acessível através da apresentação de bilhete, existindo ainda a norte/poente uma entrada de serviço (viária e pedonal), restrita à EGEAC.



Em termos metodológicos, os conteúdos programáticos concretizaram-se a partir de duas linhas de actuação: a primeira, através da identificação dos elementos fundamentais do território, interpretando e representando o objeto de estudo atendendo às especificidades do território como a morfologia, a tipologia, a implantação do edificado, a população e os usos pré-existentis (Fig.7); a segunda, a partir do diálogo com os agentes locais e população residente, de modo a complementar o entendimento de como se organiza a vida no bairro.

**Figura 7. Planta Síntese de Análise – área de Intervenção. Núcleo do Castelo, Lisboa.<sup>12</sup>**



Fonte: Fotografia de Teresa Madeira da Silva, 2015.

<sup>12</sup> Planta realizada por Beatriz Fernandez, Pedro Gomes, Emanuel Gomes, Flávia Oliveira e Filipa Valente, na Unidade Curricular Arquitetura V – 3º ano Mestrado Integrado em Arquitetura, ISCTE-IUL.

Segundo Sieverts (2003), a “adoração” pelos centros históricos, pela sua imagem, distorce não só a nossa visão sobre os subúrbios e as periferias da cidade – os espaços entre a cidade compacta e o campo, por si designados como “*Zwischenstadt*” – mas também sobre a realidade actual dos próprios centros (id.: 18). De acordo com o autor, se focarmos o nosso olhar nos seus interiores, ao invés de nos fixarmos unicamente nas suas fachadas, apercebemo-nos de que os centros históricos se estão a tornar, cada vez mais, nos “centros comerciais” da periferia. “*This means that the Old City, by selling bourgeois culture, has been more and more deprived of day-to-day features of living, handicrafts and trade as well as the special, the striking and the one-off character which it once had.*” (id.: *ibid.*).

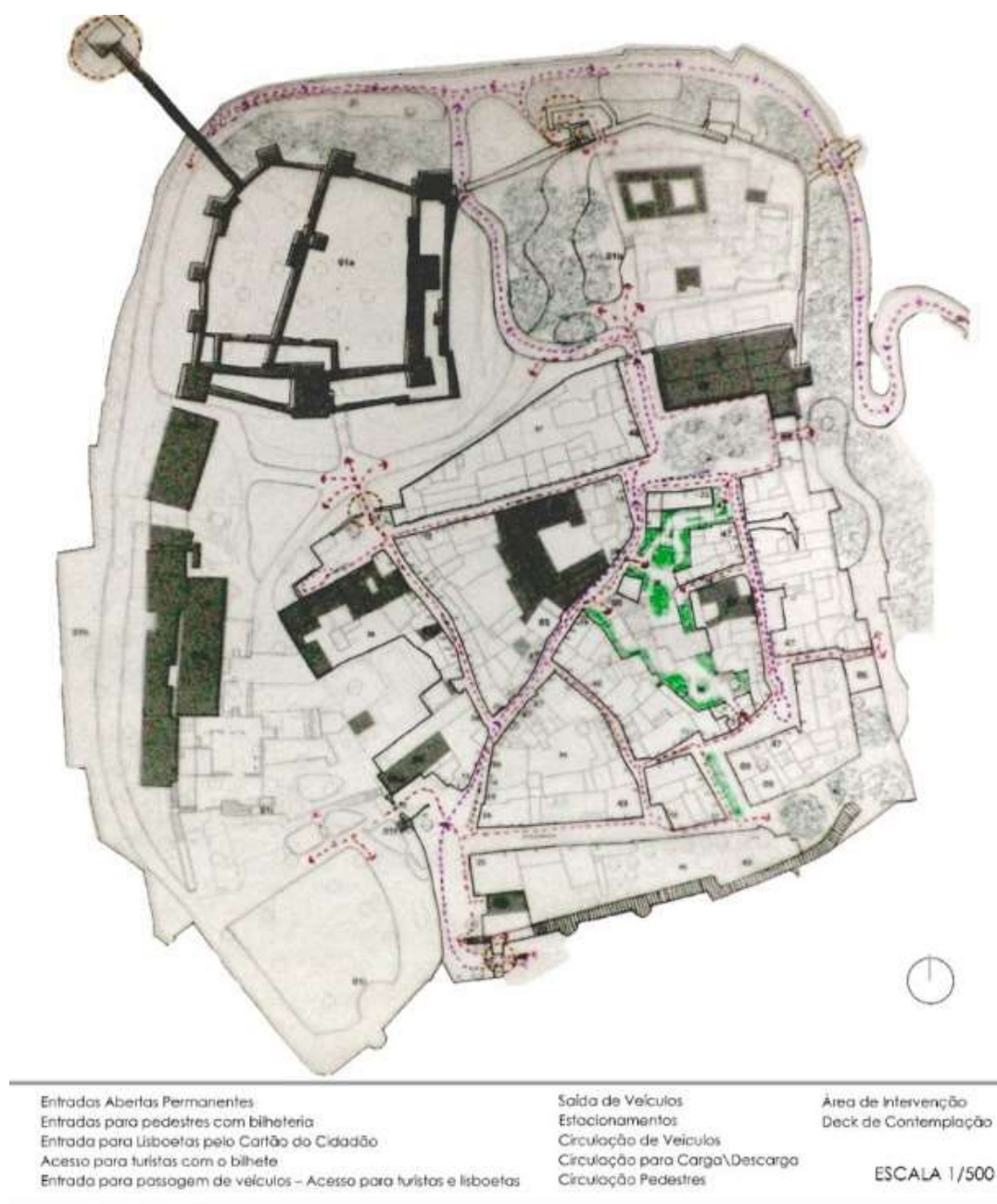
Esta perda da estrutura identitária da cidade histórica é a razão que justifica o argumento do autor de que a sua “adoração” vai inevitavelmente conduzi-la à destruição. Em alternativa à sua sobrecarga com “supostas” funções urbanas (na realidade, quase exclusivamente comerciais), o autor defende o fortalecimento do seu uso residencial. Ao mesmo tempo, considera que a resolução desta pressão funcional não passa apenas pela elaboração de soluções à escala local, mas antes por uma visão mais alargada da problemática em questão.

Furthermore, new urban places with ‘city center’ functions should be created at other places in the city region in order to reduce the pressure on the historical core. These places represent an opportunity for the *Zwischenstadt* to develop its independence from the centre of the Old City (id.: *ibid.*).

Pensar e intervir nos centros históricos passa assim, no entender de Sieverts (2003), pelo reconhecimento e aceitação da cidade como um todo (id.: *ibid.*). Na linha deste pensamento, foram configuradas, no âmbito da *Summer School*, várias propostas tendo em atenção o risco para a cidade da “turistificação” acentuada da colina do Castelo. O foco principal assentou na ideia de que uma cidade exclusivamente orientada para o turismo “reduz a complexidade da vida urbana, promove a privatização do património arquitetónico para fazer hotéis, o deslocamento do comércio tradicional e da população e leva ao abandono das zonas não turísticas da cidade” (Henriques, 2014). Tornou-se claro que, se a zona do Castelo se tornar demasiado turística e, consequentemente, economicamente incomportável para a população residente, esvaziar-se-á a identidade do local e, com isso, deixará de existir uma cultura autêntica que é o principal foco de atração turística, criando-se assim um paradoxo: o que atrai o turismo deixa de existir pelo crescimento do próprio turismo.

As propostas apresentadas pelos alunos foram várias. Primeiro, propostas de acesso ao Castelo, no sentido de reduzir a concentração de pessoas na zona de entrada: criação de mais pontos de venda de bilhetes por meio do aproveitamento de estruturas semelhantes já existentes na cidade, como as bilheteiras do metro e dos elevadores públicos, ou os pontos de apoio aos turistas; passagem pela abertura das portas do Castelo que se encontram fechadas ou com acesso condicionado, beneficiando o funcionamento de todo o conjunto; ou até propostas de limitação das entradas “impondo aos não residentes a obrigação de adquirir um passe de ingresso ou uma reserva...” (Guerreiro, 2010).

Depois propostas relativas à mobilidade e circulação no bairro. Abertura das portas do Castelo que se encontram fechadas, possibilitando a livre circulação tanto no caminho da ronda como no interior do bairro e permitindo que o tráfego fluísse de modo mais equilibrado (Fig.8). Também a criação de um novo percurso junto às ruínas do Pátio D. Fradique permitia uma nova permeabilidade nesta zona do Castelo onde a acessibilidade, devido à forte inclinação do terreno, é bastante dificultada (Figs.9 e 10).

**Figura 8. Planta da Proposta – escala do bairro. Núcleo do Castelo, Lisboa.<sup>13</sup>**

Fonte: Fotografia de Teresa Madeira da Silva, 2015.

<sup>13</sup> Planta realizada por Beatriz Fernandez, Pedro Gomes, Emanuel Gomes, Flávia Oliveira e Filipa Valente, na Unidade Curricular Arquitetura V – 3º ano Mestrado Integrado em Arquitetura, ISCTE-IUL.

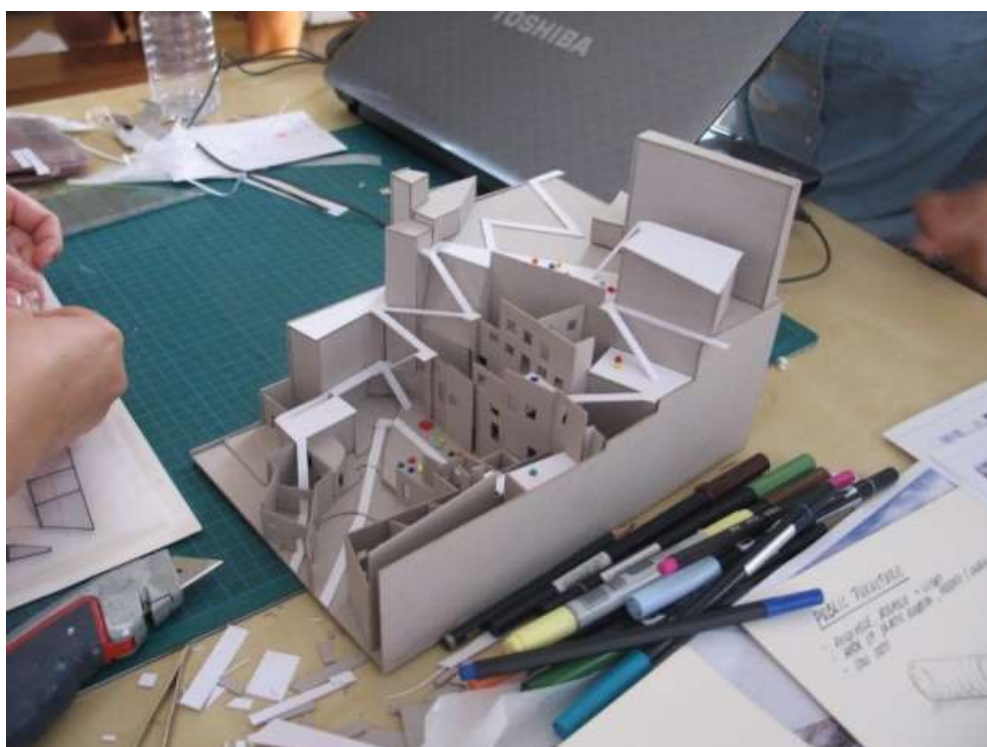


**Figura 9. Ruínas junto a o Pátio Dom Fradique.**



Fonte: Fotografia de Teresa Madeira da Silva, Setembro de 2014.

**Figura 10. Proposta de um percurso alternativo para a colina do Castelo.<sup>14</sup>**

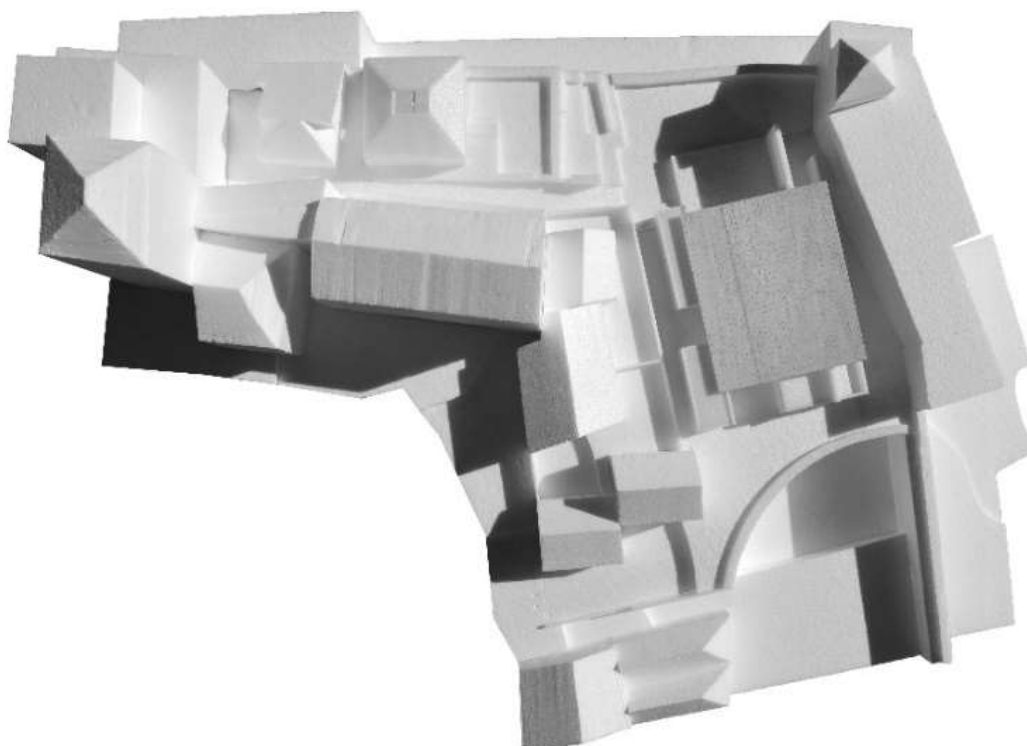


Fonte: Fotografia de Teresa Madeira da Silva, Setembro de 2014.

<sup>14</sup> Maqueta realizada pelos alunos na *Summer School: Projetar em Tempo de Escassez*, Grupo 4.

A nível do edificado, as propostas apresentadas desenvolveram-se em torno de equipamentos de apoio aos moradores. Entre elas destacam-se: « um espaço polivalente (...) capaz de responder às diferentes actividades e eventos locais, tais como: festas populares, almoços, música ao vivo, ensaios das marchas, palestras, entre outros, desenvolvido a partir de um espaço (...) coberto, com cozinha comunitária, instalações sanitárias públicas, sala de arrumos, e no edifício do lavadouro, um café com esplanada numa zona comum aos dois espaços » (Carvalho, 2015) (Fig. 11);

**Figura 11. Maqueta da Proposta – Espaço polivalente.<sup>15</sup>**



Fonte: Fotografia de David Carvalho, 2015.

E ainda, « um mercado para o Bairro do Castelo de S. Jorge, num local com ligação à muralha onde se encontram edificações devolutas. (...) que cria um acesso directo entre a Rua do Recolhimento e a Rua do Chão da Feira, reinterpretando a porta de Santa Maria da Alcáçova, que se encontra inactiva, e resolvendo o desnível das duas ruas, através de uma rampa que serve o próprio programa. » (Gomes, 2015).

<sup>15</sup> Maqueta realizada por David Carvalho, na Unidade Curricular Arquitetura V – 3º ano Mestrado Integrado em Arquitetura, ISCTE-IUL.



**Figura 12. Fotomontagem da Proposta – Mercado.<sup>16</sup>**

Fonte: Fotomontagem de Pedro Gomes, 2015.

### **Reflexões finais**

A experiência pedagógica aqui apresentada permite avançar algumas conclusões ao nível da aprendizagem, do ensino e da prática profissional da arquitectura.

Esta experiência proporcionou uma reflexão conjunta acerca de questões actuais relacionadas com os centros históricos das cidades, neste caso, o bairro do Castelo. Várias foram as questões levantadas ao longo da *Summer School* e do trabalho desenvolvido na UC Arquitectura V (2014/15). Como tratar núcleos antigos degradados, mas muito desejados, onde coexiste um excessivo fluxo de turistas, uma rede de acessibilidades deficitária e a uma população residente envelhecida que tende, como tal, a diminuir gradualmente? Como salvaguardar a população residente em contraciclo com as mais-valias que o turismo pode trazer aos centros históricos? Como manter a autenticidade do bairro do Castelo apesar do excesso de novos empreendimentos hoteleiros que aparecem nos bairros envolventes? Como manter a população residente com a concorrência dos “novos alojamentos locais” (Ribeiro, 2014)<sup>17</sup>? Como manter o equilíbrio entre comércio local/tradicional e o comércio orientado para o turismo? Qual o papel dos turistas na regeneração dos bairros tradicionais?

Ao observar-se algumas das operações propostas, torna-se perceptível o entendimento que os estudantes fizeram dos edifícios e dos lugares pré-existentes. As intervenções que propuseram colocaram-nos numa posição crítica em relação à realidade encontrada, explorando soluções que não passam directamente pela construção mas pela descoberta de oportunidades negociáveis a partir das condições existentes, na linha do conceito de Spatial Agency (Awan et al., 2011).

Assim, a questão entre a forma física, o património e as necessidades de ordem social, a redefinição de áreas históricas onde a recuperação dos edifícios é entendida não como um simples problema de cenografia, de restauro ou de reabilitação (em sentido restrito) mas aliada às necessidades da população ou associada a programas de promoção de novos usos/fortalecimento de usos existentes (Sieverts, 2003), foram as problemáticas levantadas no decorrer destas duas experiências de ensino.

A experiência realizada no Castelo foi o lugar privilegiado para integrar o pensamento com a experiência, gratificante para um estudante de arquitectura, que é projetar habitando o lugar, dialogando com as comunidades

<sup>16</sup> Projecto desenvolvido pelo estudante Pedro Gomes, na Unidade Curricular Arquitectura V – 3º ano Mestrado Integrado em Arquitectura, ISCTE-IUL.

<sup>17</sup> Novos alojamentos locais - designação criada, em 2007, para dar cobertura legal às antigas pensões, residenciais, albergarias e hostels – que aumentaram exponencialmente com a crise no mercado da habitação” (Ribeiro, 2014).

locais e integrando equipas internacionais. O contacto com as comunidades, com as suas histórias e culturas, possibilitou ver como o mundo pode ser plural e as vivências múltiplas e diferenciadas (Ribeiro, 2011). Perceber no local o ritmo e o modo de vida da população residente e dos visitantes (turistas) a diferentes horas do dia, permitiu aos estudantes compreender melhor as potencialidades do local e as necessidades da comunidade, de modo a conseguir que as suas propostas se adequassem às necessidades de uns e de outros. Perceber, no terreno, modos de vida distintos possibilitou abordagens inovadoras, não a partir de certezas pré-estabelecidas, mas a partir do questionamento e do cruzamento de diferentes mundos.

No momento em que a prática profissional de arquitectura se afasta cada vez mais do ciclo tradicional desenvolvido em atelier e em que se verifica um desajustamento entre ensino da arquitectura e condições atuais do mercado de trabalho, não só no que respeita à qualidade das solicitações que esperam os futuros profissionais – tipos de “encomenda” –, mas também à retracção da procura que obriga a uma maior proactividade do arquitecto na proposta de novos modos de intervenção e na definição das respetivas estratégias, a *Summer School* veio trazer a possibilidade de desenvolver uma experiência singular na Academia, ensaiando a adequação das práticas pedagógicas a estas novas circunstâncias.

Tendo como pretexto a zona do Castelo e os seus espaços devolutos ou abandonados, pretendeu-se que a aprendizagem da arquitetura fosse feita através da reflexão crítica, exploração e experimentação, na linha do pensamento de Giddens (1989; 2006) e Schön (1983).

Sendo a aprendizagem do projecto um processo cumulativo, o objectivo desta experiência de ensino foi abrir a formação do conhecimento em arquitectura à sensibilidade perceptiva e à ideia de cidade e de arquitectura como uma teia complexa de práticas. Através destes exercícios, a ideia de arquitectura salta do domínio predominantemente formal para se enquadrar na compreensão das diferentes componentes de vida dos lugares. Não se pretende com isto afastar o ensino da arquitectura dos processos de produção relacionados com o espaço construído e com as questões estéticas, mas abrir o projecto à complexidade do sistema de relações implícitos no campo onde se movimenta a arquitectura, colocando em cima da mesa ingredientes pouco habituais no ensino académico. Apesar disso, como referimos, as “práticas emergentes”, tendo um carácter negocial subjacente, não se realizam em exercícios académicos que decorrem num tempo demasiado curto.

Pretende-se com este tipo de experiências desencadear processos de descoberta e de invenção, mais do que chegar a produtos concluídos e aparentemente bem acabados; e que o trabalho desenvolvido ultrapasse a investigação associada ao espaço e às suas três dimensões, restrito, portanto, às questões formais da arquitetura, para se transformar num processo de construção de conhecimentos em diferentes patamares. Podemos dizer que as abordagens que fazemos surgem da contingência do tempo, do lugar, dos fins a que se propõe e de um conjunto de requisitos construtivos, (que não são um fim, mas um meio) que se combinam através das escolhas dos seus autores e se fundam em experiências mais do que em certezas.

As propostas de intervenção apresentadas pelos estudantes, mesmo que resultando na modificação do lugar, possibilitam transferir para o futuro os valores dos lugares e da arquitetura do passado. Verificou-se que, com proposta de intervenções mínimas, por vezes decorrentes de questões organizativas e de funcionamento, se pode acrescentar um novo significado aos lugares e, ao mesmo tempo, preservar a memória das atividades e dos edifícios que tiveram presença marcante na vida desses lugares. Assim, atestou-se que os estudantes propuseram soluções que se identificavam com a realidade local mas que, ao mesmo tempo, se abriam ao exterior, sem contudo esquecer a população residente.

Das propostas elaboradas pelos estudantes e dos debates havidos decorrem ainda algumas reflexões sobre o problema da “turistificação” dos bairros históricos da cidade.

Se atualmente o turismo tem uma importância estratégica para a economia portuguesa em virtude da sua capacidade de gerar riqueza e emprego, tendo vantagens competitivas claras (MEI, 2007), os seus efeitos para a população residente no Castelo não se reconhecem como positivos.

Assim, se é certo que o reforço das acessibilidades ao Castelo constitui uma mais valia para os turistas e também para a população residente, não é menos verdade que é fundamental actuar ao nível do apoio aos residentes.

Mais do que desenvolver “a utilização de elementos culturais portugueses para animação, a promoção de elementos da cultura portuguesa como parte integrante dos produtos turísticos e a promoção da vocação marítima de Portugal como elemento diferenciador” (MAI, 2007: 96) ou “reforçar o conceito da riqueza da gastronomia portuguesa pela criação de pratos de referência” (MAI, 2007: 98), pensamos ser necessário assegurar o bem-estar dos habitantes de cada região, promovendo a coerência entre o desenvolvimento de projectos de índole turística e o desenvolvimento da qualidade de vida dos residentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AA.VV. (2013), *BA – Boletim Arquitectos – Ensino/Formação, coração, cabeça, estômago*, 232, Lisboa: Ordem dos Arquitectos.

Atelier Bugio (2009), Plano de Acessibilidades suaves e assistidas à Colina do Castelo - Candidatura QREN – Mobilidade Territorial, Lisboa: Textype – Artes Gráficas, Lda. Disponível em: [http://www.atelierbugio.com/box2/uploads/press\\_release\\_plano\\_geral\\_acessibilidades\\_Castelo.pdf](http://www.atelierbugio.com/box2/uploads/press_release_plano_geral_acessibilidades_Castelo.pdf).

Awan, N., Schneider, T., Till, J. (2011), *Spatial Agency: Other Ways of Doing Architecture*, New York: Routledge.

Bandeirinha, J. A. (2007), *O processo SAAL e a arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra: Imprensa da Universidade.

Baptista, L. S. (2011), “geração z #3: Qual a responsabilidade da novíssima geração da arquitectura portuguesa?”, *Revista arqa – Arquitectura e Arte*, 98/99, pp.8-9.

Baptista, L. S. (2012), “Guimarães 2012: Arte e Arquitectura. Práticas espaciais para um contexto territorial em mutação”, *Revista arqa – Arquitectura e Arte*, 104, pp.20-21.

Baptista, L. S. (2014), “práticas-emergentes.pt. Jovens arquitectos portugueses em tempos de crise”, *Revista arqa – Arquitectura e Arte*, 114, pp.20-21.

Bouman, O. (2007), “Unsolicited, or: The New Autonomy of Architecture”, *Volume* (Online), 14. Disponível em: <http://volumeproject.org/unsolicited-or-the-new-autonomy-of-architecture/>.

Brandão, P. (2006), *O arquitecto e outras imperfeições: ética, identidade e prospectiva da profissão*, Lisboa: Livros Horizonte.

Bunschoten, R. (2003), “The architect as Curator”, in J. Sigler (ed.), *One Hundred and Nine Provisional Attempts to Address Six Simple and Hard Questions about what Architects Do Today and where Their Profession Might Go Tomorrow*, Rotterdam: The Berlage Institute (hunch, 6/7), pp.120-122.

Cabral, M.V., Borges, V. (2006), *Relatório Profissão: Arquitecto/a*, Lisboa: Ordem dos Arquitectos.

Calado, M. (2003), *A cultura arquitectónica em Portugal, 1880-1920 - Tradição e Inovação*, Tese de Doutoramento em Arquitectura, Lisboa, Faculdade de Arquitectura - Universidade Técnica de Lisboa.

Carlo, G. de (1980; 2010), “Arquitectura da Participação”, in J.M. Rodrigues (orgs.), *Teoria e crítica de Arquitectura: século XX*, Casal de Cambra: Ordem dos Arquitectos/Caleidoscópio, pp.753-758.

Carvalho, D. (2015), Texto explicativo do trabalho de Projeto desenvolvido na UC Arquitectura V, pelo estudante David Carvalho, Mestrado Integrado em Arquitectura do ISCTE-IUL (2014/15).

Faria, N. (2014), *Escola do Porto: Lado B, 1968-1978 (Uma História Oral)*, Guimarães: A Oficina, CIPRL.

- Ferreira, A.C. (2014), *As Iniciativas de Intervenção Local dos Arquitetos: Oportunidades de Inovação Sócio-Territorial? Estudo de caso na Cova do Vapor*, Dissertação de mestrado em Estudos Urbanos, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Ferreira, V.M. (1975), *Movimentos sociais urbanos e intervenção política: a intervenção do SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local) em Lisboa*, Porto: Edições Afrontamento.
- Figueira, J. (2002), *Escola do Porto: um mapa crítico*, Coimbra: DARQ – FCTUC.
- George, F. (1964), *Considerações sobre o ensino da arquitetura*, Lisboa: Minerva.
- Giddens, A. (1989; 2006), *Sociology*, Cambridge: Polity Press.
- Gomes, P.G. (2014), Texto explicativo do trabalho desenvolvido na UC Arquitetura V pelo estudante Pedro Gomes, Mestrado Integrado em Arquitetura do ISCTE-IUL (2014/15).
- Gouveia, P.H. de, Nave, P.A., Simões, J.F. (coords.) (2013), *Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa*, Vol. 3, Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Disponível em: [http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Mobilidade/Modos\\_Suaves/Acessibilidade\\_Pedonal/Documentos/Plano\\_de\\_Acessibilidades/Plano\\_Acessibilidade\\_Vol\\_3\\_Equipamentos\\_V9DEZ2013.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/VIVER/Mobilidade/Modos_Suaves/Acessibilidade_Pedonal/Documentos/Plano_de_Acessibilidades/Plano_Acessibilidade_Vol_3_Equipamentos_V9DEZ2013.pdf)
- Graça Dias, M. (2001), “O País dos Professores”, *J-A*, 201, pp. 3.
- Grande, N. (2012), *O Ser Urbano: Nos Caminhos de Nuno Portas*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Guerreiro, A. (2010), “Veneza entre o esplendor e a ruína”, *Expresso*, (Online). Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/cultura/ocio/veneza-entre-o-esplendor-e-a-ruina=f566060>.
- Henriques, J.G. (2014), “A Turistificação de Lisboa ainda pode crescer”, *Jornal Público*, (Online). Disponível em: <http://www.publico.pt/portugal/noticia/a-turistificacao-de-lisboa-e-porto-ainda-pode-crescer-1668034>.
- Lefebvre, H. (1974; 1991), *The Production of Space*, Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell.
- MAI - Ministério da Economia e da Inovação (2007), *Plano Estratégico Nacional do Turismo. Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*, Lisboa: Turismo de Portugal, ip. Disponível em: <http://www.turismodeportugal.pt/Portugu%C3%AAs/turismodeportugal/publicacoes/Documents/PENT%202007.pdf>
- Madeira da Silva, T. (coord.) (2014), FUC, Ficha de Unidade Curricular, Seminário de especialização. *Projetar em Tempo de escassez – Usos Temporários em espaços devolutos*, Lisboa: ISCTE-IUL - Mestrado Integrado em Arquitetura, 2014/2015. Disponível em: <https://fenix.iscte.pt>. Acesso: 29/11/2014.
- Madeira da Silva, T. (2016), “Seminário De Especialização (Curso De Verão)”, in S.F. Bernardes, S.F. Carvalhosa (eds.), *Manual de Práticas Pedagógicas de Integração da Investigação no Ensino Superior*, Lisboa: ISCTE-IUL, pp.124-131.
- Miessen, M. (2010), *The Nightmare of Participation*, Berlin: Sternberg Press.
- Moniz, G.C. (2011), *O Ensino Moderno da Arquitetura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas Artes em Portugal (1931-69)*, Tese de Doutoramento, Coimbra, Departamento de Arquitetura - Faculdade de Ciências e Tecnologias - Universidade de Coimbra.
- Moreira, I. (2010), “Mapa de Jovens Práticas Espaciais”, *Revista arquitectura* 21, 11, pp.20-25.
- Oliveira, P. de, Marconi, F. (1978), *Política y proyecto: una experiencia de base en Portugal*, Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

- Paulino, R. (2014), *O Ensino da Arquitetura na Escola do Porto: Construção de um Projeto Pedagógico entre 1969 e 1984*, Tese de Doutoramento, Porto, Faculdade de Arquitetura - Universidade do Porto.
- Pinto, P. (2014), “Knowledge and Studio Culture in Portuguese Architectural Schools since Bologna”, *Revista Lusófona de Arquitetura e Educação*, 11, pp. 532-557.
- Portas, N. (1965), “As Ciências Humanas na renovação da formação do Arquitecto”, *Análise Social*, 3 (12), pp.517-525.
- Portas, N. (1986), “O Processo SAAL, entre o Estado e o Poder Local”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20, pp. 635-644.
- Ravara, P.B., Caldeira, P., Santos, P. (2013), “Resultados do Inquérito/ Sondagem à prática profissional”, Lisboa: Ordem dos Arquitectos (Grupo de Trabalho Serviços e Honorários|Pelouro da Profissão). Disponível em: <http://www.arquitectos.pt/?no=2020494224,154>.
- Ribeiro, A.P. (2011), *Questões Permanentes*, Lisboa: Cotovia.
- Ribeiro, F. (2014), “Lisboa em Risco de ser um ‘gueto de turismo’”, *O Corvo - Sítio de Lisboa*, (Online). Disponível em <http://ocorvo.pt/2014/03/27/lisboa-em-risco-de-ser-um-gueto-de-turismo>.
- Santana, T. (2010), *A Prática Não-Solicitada do Arquitecto*, Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade de Coimbra.
- Schön, D. (1983), *The reflective practitioner*, USA: Basic Books.
- Sieverts, T. (2003), *Cities without cities*, London: Spon Press.
- SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (2011), “Castelo e Encosta da Sé, Portugal, Lisboa, Santa Maria Maior”, (Online). Disponível em: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=26218](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=26218).
- Silva, L. (2011), *Cultura Arquitetónica em Lisboa: um olhar a partir da ESBAL/FAUTL no período de 1975 a 1990*, Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura - Universidade Técnica de Lisboa.
- Von Seggern, H., Werner, J., Grosse-Bachle, L. (2008), *Creating Knowledge*, Berlin: Jovis Verlag.